

Concílio Vaticano II: criador da “Nova Igreja”

Nome: Católico Indignado

Enviada em: 22/01/2007

Local: BH – MG, Brasil

Religião: Católica

Salve Maria!

Segue abaixo um texto que demonstra na prática o processo de auto-demolição da Igreja. Onde o modelo novo trabalha pela destruição do antigo. Neste modelo parece que a hierarquia apenas contempla o trabalho dos leigos, será que poderia se dizer que a Igreja pós-conciliar, tornou-se a Igreja Católica Leiga Romana? Pois a Apostolicidade não é um sinônimo da hierarquia?

Se um profeta tivéssemos, ele escreveria um novo livro de lamentações, a exemplo de Jeremias. É interessante notar que o autor diz no texto:

O Concílio Vaticano I (1870) desenrola-se num contexto tenso de violentos ataques à Igreja católica hierárquica com a conseqüente postura defensiva e restauradora. *Por razões históricas, o Concílio não conseguiu levar a cabo toda a tarefa que se propusera e termina por tratar unilateralmente do poder papal, separado do conjunto da Igreja.*

Ora, a razão histórica é só uma, desobediência, pois observa-se o mesmo em nosso tempo. O que me resta a perguntar:

Quais são as razões atuais para se levar a cabo toda a tarefa proposta pelo Concílio Vaticano II?

Segue abaixo o texto, que DEUS nos abençoe e nos proteja.

4.2. MODELOS ECLESIOLÓGICOS

J. B. Libanio

1. OBJETIVO E RESUMO

O objetivo desta aula é ter uma aproximação da Igreja atual que permita compreender a relação das igrejas particulares com a Igreja universal e dentro das igrejas particulares uma visão do papel do leigo. Para isso se recorre à metodologia do modelo, ao apresentarem-se duas formas de Igreja que hoje se mostram mais presentes: o modelo de Igreja hierarquia e o modelo de Igreja Povo de Deus. O primeiro salienta a dimensão da verticalidade e da autoridade institucional na Igreja, cabendo aos leigos um papel de subordinação. O segundo valoriza a igualdade fundamental de todos em virtude do batismo, antepondo a base laical da Igreja às funções institucionais. Em ambos os modelos se estuda a relação entre Igreja universal e Igreja particular. Busca-se assim superar uma relação de mera subordinação das Igrejas particulares respeito à Igreja de Roma por causa de uma intelecção equivocada da relação.

2. ASPECTO METODOLÓGICO

Modelo é um recurso didático para analisar e interpretar uma realidade de modo simplificado e algo redutor. Escolhe-se um prisma, um eixo, em torno do qual se estruturam elementos dispersos de modo que configuram um todo orgânico. Ele serve para entender a realidade estudada de modo aproximativo. Salienta alguns traços principais da realidade, deixando outros, também presentes, na penumbra. Sua função primordial é chamar atenção sobre as características marcantes e não apresentar um quadro de referência completo e exaustivo da realidade. Não dispensa outras aproximações complementares,

como uma abordagem histórica. A Igreja católica vive várias tensões devido a sua natureza própria de uma realidade sociológica e teológica, respondendo simultaneamente às necessidades e conjunturas históricas culturais e à intenção de Jesus expressa por sua vida, mensagem e práticas.

Nesta aula veremos dois modelos: Igreja hierarquia e Igreja Povo de Deus. Dentro deles, destacaremos a relação entre Igreja universal e Igreja particular.

3. MODELO IGREJA HIERARQUIA

3.1. Em que consiste?

Consiste numa percepção do ser interno da Igreja e de sua missão a partir da autoridade constitutiva da hierarquia. A Igreja se estrutura de cima para baixo, de maneira vertical, sem naturalmente negar a necessidade de uma vida interna de comunidade e de missão. A coesão interna é vista desde a instituição e a autoridade que a representa.

A preocupação central da unidade conduz a uma insistência na atuação das autoridades, guardiães da ortodoxia – isto é da permanência inalterada das verdades reveladas dogmáticas e morais –, das práticas sacramentais, dos ministérios sobretudo ordenados e de sua forma organizativa desde os órgãos centrais até as instituições menores locais.

A dupla vigilância da verdade e da disciplina eclesiástica é exercida com constância e competência pelas instâncias institucionais, sobretudo romanas, que estão a serviço do ministério petrino. A Igreja entende-se como uma “sociedade perfeita”, de natureza original e única, dotada de todos os elementos necessários e suficientes para cumprir sua missão visível e institucional através dos tempos e lugares, como um corpo social.

3.2. Suas raízes históricas e constituição

Tal concepção firmou-se a partir do século XI, mas lança raízes no IV para o V século. No centro desse modelo está o poder do Bispo de Roma. Santo Agostinho está na sua origem sob o aspecto teológico. Em tensão com a crise donatista, enfatiza uma compreensão institucional e hierárquica da Igreja e de

todo o Ocidente. A teologia da história do livro da Cidade de Deus influenciará fortemente a Idade Média.

O poder romano foi crescendo desde os papas dos séc. IV/V através das tensões com os concílios e das lendas do Papa S. Silvestre e da "Doação de Constantino". Gregório Magno (590-604) tem importância nesse processo, como o verdadeiro primeiro papa medieval. A Igreja mantém estreita união com o Estado de modo que no Ocidente ser cidadão era ser cristão, católico e romano. Tal modelo tem repercussões na liturgia, no canto gregoriano, na prática da confissão individual, no rigorismo da moral sexual.

A partir de Gregório VII (séc. XI) esse modelo se fortalece, ao estender o Papa pelo "Dictatus papae" seu poder sobre todo o mundo com competência ilimitada. A centralização, o legalismo da igreja e sua ciência do direito canônico, a politização através do poder eclesiástico e seu domínio sobre todo o mundo, a militarização com a "guerra santa", a clericalização com um clero celibatário vão configurando-o. Ele encontra em Tomás de Aquino a grande síntese teológica.

No século XVI, em reação à teologia dos reformadores elaborase uma eclesiologia fortemente calcada na visibilidade. A posição de S. Roberto Bellarmino (1542-1621) tornou-se paradigmática ao frisar os aspectos visíveis da Igreja. "Para que alguém possa ser declarado membro dessa Igreja verdadeira, da qual falam as Escrituras, não pensamos que dele se peça nenhuma virtude interior. Basta a profissão exterior de fé e de comunhão dos sacramentos, coisa que o próprio sentido pode constatar. A Igreja é uma comunidade de homens tão visíveis e palpáveis quanto a comunidade do Povo Romano ou o Reino de França ou a República de Veneza" ([1]).

O Concílio Vaticano I (1870) desenrola-se num contexto tenso de violentos ataques à Igreja católica hierárquica com a conseqüente postura defensiva e restauradora. Por razões históricas, o Concílio não conseguiu levar a cabo toda a tarefa que se propusera e termina por tratar unilateralmente do poder papal, separado do conjunto da Igreja. Define o Primado do Romano Pontífice e a sua infalibilidade. Pio XII termina esse ciclo, insistindo no aspecto de que o Corpo Místico de Cristo se identifica com a Igreja Católica Romana. Nesse modelo entende-se de maneira unilateral a relação entre Igreja universal e Igreja particular.

3.3. Tensão entre Igreja universal e particular

A tensão entre Igreja universal e particular se vive nesse modelo sob a forma de submissão das igrejas particulares à Igreja de Roma, como se esta fosse a encarnação da única Igreja universal. Não se percebia bem a dialética. Gregório VII já se atribuía o título de “universalis pontifex” e de “universalis ecclesiae episcopus”, gerando a impressão de Roma ser realmente a Igreja universal e as igrejas particulares subordinadas a ela. O próprio Paulo VI assina os documentos do Concílio com o título de “episcopus ecclesiae catholicae”. Esse título permite um duplo sentido. Num primeiro sentido, vale de todo bispo. Assim um bispo de uma diocese é bispo da igreja católica, situada na cidade ou região de que é bispo. Ou pode significar que o Papa é o único bispo da Igreja católica, isto é universal. Nesse sentido, o universal se identificaria com Roma, que é na mente de muitos membros da Igreja, inclusive até de bispos, a compreensão do Bispo de Roma.

Essa concepção de que o Bispo de Roma é na prática o Bispo da Igreja universal teve conseqüências para o ministério episcopal em toda a Igreja católica. Mesmo que dogmaticamente o bispo saiba, segundo o ensinamento do Concílio de Trento, que ele recebe o poder imediatamente de Deus pelo sacramento da ordenação episcopal, na prática se comporta como se fosse um vigário do Bispo de Roma e dele recebesse o ministério episcopal.

A linguagem é a grande via dos equívocos. Como a Igreja de Roma, sobretudo a partir de Gregório VII, se atribuiu títulos como “caput, mater, fons, origo, fundamentum. basis et cardo totius ecclesiae” – cabeça, mãe, fonte, origem, fundamento, base e núcleo de toda Igreja”, criou-se o imaginário da onipotência e onipresença de Roma. Ora esses são atributos universais.

O primado de jurisdição, definido no Concílio Vaticano I, funcionou na prática como a universalização do modelo da Igreja de Roma, que é uma Igreja particular, impondo suas particularidades a todas as igrejas, inibindo ou até mesmo reprimindo a autonomia das igrejas particulares no campo da liturgia, de tradições doutrinárias, de disciplinas específicas

e de tantas outras manifestações de vida das igrejas locais. No imaginário é como se a Igreja de Roma fosse uma única Igreja da qual as outras seriam partes subordinadas.

3.4. Relação no interior da Igreja

Esse modelo se reproduz em nível de diocese e de paróquia. Cada autoridade se entende em relação a seus súditos como um pequeno papa com poder absoluto e universal. As autonomias desaparecem. Naturalmente os leigos são a maior vítima de tal modelo. São reduzidos a um papel de pura obediência e dependência do clero.

Pio X exprimiu de maneira clara essa consciência, ao afirmar que a vida dos fiéis na Igreja dependia e se originava da hierarquia. Esta estabelecia as verdadeiras balizas dentro das quais os leigos se situavam e se entendiam. "Só na hierarquia reside o direito e a autoridade de orientar e dirigir [...]. O dever da multidão é deixar-se governar e seguir com obediência a direção dos que a regem" [2].

Foi necessário esperar o Concílio Vaticano II para que esse modelo fosse superado no sentido hegeliano de ir para a frente, retendo os elementos válidos e fundamentais e negando sua negatividade para alcançar um modelo mais rico e integrado: o modelo Povo de Deus.

4. MODELO POVO DE DEUS

4.1. A virada copernicana

É sabido que o esquema sobre a Igreja, preparado pela Comissão Teológica pré-conciliar e proposto ao plenário do Concílio, foi acicamente criticado pelos Padres Conciliares, terminando por sua rejeição como um todo. E elaborou-se então um novo esquema. E em dado momento houve uma votação decisiva que foi a inversão da ordem de dois capítulos. O capítulo da hierarquia precedia ao dos leigos. Criou-se então um capítulo prévio aos dois dedicado ao Povo de Deus em que hierarquia e leigos foram contemplados na sua unidade anterior. Não se tratava de algo puramente redacional, mas teológico-simbólico. Primeiro o Povo de Deus que se constitui pelo batismo, primeiro o sacerdócio comum dos fiéis, também ele fundado no

batismo. A seu serviço está a hierarquia. Está jogada a grande cartada eclesiológica. Estabelece-se a base laical da Igreja.

4.2. Modelo Povo de Deus

Ele se caracteriza pela base laical e colegial, como aparece na *Lumen gentium*. A Igreja é laical no sentido de ser povo de Deus, *GaoV tou Jeou*, donde vem o termo leigo e o adjetivo laical. No centro da vida da Igreja está o batismo que nos faz todos membros iguais de um mesmo Povo de Deus. Sobre tal igualdade fundamental e após ela, virão as diferenças de ministérios e carismas. Não é a hierarquia que nos constitui cristãos, mas o nascimento pelo batismo. A autonomia do batizado não significa independência nem rebelião. Ninguém é independente de ninguém. Todos temos laços de relação que nos fazem mutuamente dependentes.

O caráter de graça sacramental do poder na Igreja não o torna absoluto, antes obriga o ministro à consciência de que o recebeu como graça a serviço de todo o corpo. Ele não é dono da graça que sempre é de Deus.

O batismo na Igreja nos confere direitos e deveres seja qual for o ofício ou cargo que exercemos. Onde há tais relações não existem poderes absolutos, já que o poder se defronta com o limite imposto pelos direitos e liberdade dos outros, concedidos por Deus pela graça batismal.

A base laical da Igreja abre-nos novos horizontes para pensar a relação entre os fiéis numa igualdade fundamental. E quando emergem as diferenças por causa dos ministérios e carismas, estas são pensadas em função, ao serviço da igualdade fundamental batismal. Infelizmente a parte canônica e legislativa da Igreja ainda não acompanha esse modelo de Povo de Deus.

4.3. Relação entre Igreja universal e particular

Para responder a mudança na relação entre Igreja universal e particular, que no modelo hierárquico era de dependência, o Concílio Vaticano II introduz a categoria "colegialidade". É uma consequência da base laical da Igreja. Se o ser e agir na Igreja parte da igualdade fundamental do batismo, segue-se que todos são responsáveis por tudo e isso se exprime na

colegialidade.

O Concílio a tratou no último nível da hierarquia da Igreja: a colegialidade dos bispos com o papa, cabeça do colégio. Nesse nível existem várias instituições que permitem sua concretização prática: as conferências regionais e nacionais anteriormente existentes em muitos lugares e a instituição do Sínodo dos Bispos, criada depois do concílio.

Para que o modelo Povo de Deus se realize, é necessário que tal colegialidade afete os três centros da Igreja – Roma, diocese e paróquia – entre si, encontrando formas de participação. E dentro de cada centro as relações também devem fazer-se em base à igualdade batismal e à colegialidade de responsabilidade. Em vez da cabeça de qualquer menor centro eclesial decidir por ela, sentem-se corresponsáveis por tais decisões os outros membros da comunidade. Todos são Povo de Deus.

A construção desse modelo pede que a participação nasça no interior das comunidades menores para ir subindo aos níveis mais altos de poder. Tal modelo não contradiz o modelo anterior no seu elemento fundamental. Pois os ministérios que se recebem no interior do Povo de Deus não são conferidos pela vontade popular, mas pela graça de Deus, transmitida na ordenação para os ministérios ministeriais.

A Igreja universal é a comunhão de todas as igrejas particulares entre si e com a Igreja particular de Roma. Cada igreja particular realiza a totalidade da Igreja católica. Mas ela não é pensável fora da comunhão com as outras igrejas. A Igreja universal não pode existir em si mesma, mas somente nas igrejas particulares. Ela é o sacramento universal da salvação, continuando na história a presença universal salvífica de Jesus Cristo. E o realiza na mediação das igrejas particulares. A Igreja universal é a expressão da unidade do plano salvador universal de Deus que se concretiza no tempo e espaço das igrejas particulares. A Igreja de Roma é sinal e tem um serviço especial a esta universalidade, mas não é uma igreja universal e sim particular: tem uma língua, um território, um bispo, pastorais próprias, etc.

4.4. Relações no interior do Povo de Deus

Nesse modelo o leigo assume mais plenamente sua autonomia e cidadania na condição de batizado. Não se contrapõe ao clero, porque todos partem da mesma base comum. Reconhecem-se diferentes serviços no interior da Igreja. O Espírito Santo está tanto presente no leigo com sua graça e despertando carismas quanto no clero no cumprimento de seu ministério. Não pode haver contradição no interior do Espírito Santo. Toda tensão vem da imperfeição de nossa compreensão e do pecado de nossa sede de poder. O caminho será o reconhecimento da liberdade do Espírito, o diálogo entre todos, a responsabilidade pela totalidade da Igreja.

4.5. Conclusão

Modelos se escolhem e se constroem. *Depois do Concílio Vaticano II já não tem sentido manter o modelo hierárquico, mas sim construir o modelo Povo de Deus.* Trabalho lento e difícil que não se faz sem tensões e até conflitos. A confiança está depositada na força do Espírito e no espírito de responsabilidade de fiéis e membros da hierarquia da Igreja. Só uma obra conjunta, na força do Espírito Santo, é capaz de construir o modelo Povo de Deus, cuja base última é laical-batistal e colegial-ministerial.

5. PERGUNTAS E TAREFAS

- Quais são os elementos essenciais que distinguem e que unem os modelos Igreja Hierarquia e Igreja Povo de Deus?
- Quais os traços fundamentais teológicos que permitem a superação do modelo de Igreja Hierarquia?
- Que modelo de Igreja você vivencia predominantemente na sua Igreja particular?
- Que práticas pastorais você antevê para encaminhar a sua Igreja particular na direção do modelo Igreja Povo de Deus do Concílio Vaticano II?
- Identifique diferentes modelos de Missão. Qual é o modelo eclesiológico correspondente?
- Procure uma metáfora para o modelo de uma Igreja que vive a sua unidade na diversidade do Espírito Santo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

CONGAR, Yves. *L'Église de St. Augustin à l'époque moderne*. Paris: Cerf, 1970.

RIGAL, J. *Découvrir l'Église: initiation à l'ecclésiologie*. Paris: DDB, 2000.

LIBANIO, João Batista. *Elaboração do conceito Igreja particular*. In: LIBANIO, J. B.; GOETH, V. et alii, *Igreja Particular*. VI Semana de Reflexão Teológica. São Paulo: Loyola, 1974, p. 17-59.

LIBANIO, João Batista. *Cenários da Igreja*. São Paulo, Loyola, 1999.

LIBANIO, João Batista. *Lumen Gentium. Mina inesgotável*. In: *Vida Pastoral* 45, n. 236 (2004), p. 3-8.

[1] . Y. Congar, *L'Église de St. Augustin à l'époque moderne*, col *Histoire des dogmes* 20, Paris, Cerf, 1970: 373.

[2] . Pio X, *Encíclica Vehementer*, 11 de fevereiro de 1906.

Fonte:

<http://www.missiologia.org.br/cursoweb/42Modelos%20eclesiologicos.htm> (destaques nossos)

Resposta

“Maldito seja o homem de língua dupla”
(Eccli. V, 11; II, 14).

Muito prezado “Católico Indignado”,
Salve Maria.

Muito lhe agradeço o documento que me envia desse J.B. Libânio, que suponho ser um desses “teólogos” da Libertação. Melhor seria chamá-los Agentes da Escravidão Marxista.

Havia escrito isto, quando recebi a informação de que não me enganara em supô-lo um Teólogo da Escravização Stalinista. Não sabia, porém que ele era padre. E padre Jesuíta.

Esses Padres modernos normalmente escondem cuidadosamente seu título de sacerdote, mas muitas vezes gostam de ostentar títulos universitários e sua batina só quando visam impor democraticamente suas opiniões, em cartas ao site Montfort ou em passeatas comunistas. Padre J.B. Libânio só esconde que é Padre, e nem me escreveu.

Aliás, deveria agradecer a Padre Libânio a exposição

escancarada que ele faz da heresia eclesiológica nascida do Concílio Vaticano II.

Nada como ser franco e claro.

E, além disso, Padre Libânio mostra ser bem inteligente.

O que muitos malandramente negam, Padre Libânio tem o mérito de confessar em letra de forma. O que o Concílio Vaticano II deixou brumosamente entrever com aquilo que Padre Libânio chama de “*jogadas*”, isto é, com linguagem ambígua, brumosa e enganadora, em linguagem fraudulenta – com língua dupla – Padre Libânio expõe atrevidamente. Assim, a fraude realizada por Congar, Rahner e demais peritos do Modernismo e do PC, atuantes no Vaticano II, fica confessada por Padre Libânio que diz:

“A linguagem é a grande via dos equívocos”.

Enquanto a Sagrada Escritura diz:

“Maldito seja o homem de língua dupla” (Eccli. V, 11; II, 14).

Que vantagem um modernista confessar isso: que o Vaticano II teve língua dupla. E confessar isso por escrito!

E saber que na Sagrada Escritura se lê:

“Denotatio pessima super bilinguem” [“Fama péssima cai sobre a língua dupla”] (Eccli, V, 17).

Porque a força destrutiva do Concílio Vaticano II é a sua linguagem dupla, polissêmica, enganadora, que ilude olhos que não querem ver, isto é, olhos de carolas de sacristia, olhos de padres que detestam combater, e que se escondem atrás das trincheiras de brumas da linguagem escorregadia do Vaticano II, arranjando desculpas para toda “*jogada*” modernista...

E protestam clamando na internet: *“que o Vaticano II seja isso, não posso aceitar. Como 2.000 Bispos poderiam errar?”.*

É essa linguagem ambígua – dupla – dos textos do Concílio que permite a sua dupla leitura: a famosa leitura do “*espírito do Concílio*” condenada por Bento XVI, e a leitura da letra.

Se não existisse essa letra ambígua, essa língua dupla nos textos do Vaticano II, seria impossível a leitura segundo o chamado “*Espírito do Concílio*”. Portanto, condenável é a letra do Vaticano II, que permite a existência desse espírito herético do Vaticano II. Não haveria uma hermenêutica de

ruptura, se não existisse a letra que abre a brecha para a hermenêutica de ruptura.

Baseando-se e citando os textos bífidos, duplos, do Vaticano II, os seguidores do “Espírito do Vaticano II” podem atacar e destruir o que desejam na Igreja, enquanto os defensores da letra tentam apenas dizer que a interpretação deles está errada. Mas, sustentando a letra, permitem que os radicais continuem sua obra de destruição. São os próprios textos do Vaticano II que são maus por sua duplicidade de entendimento. Se o espírito do Vaticano II já foi condenado, que condenação não recairá sobre a letra? Pois Cristo disse que é a letra a que mata.

Está na Sagrada Escritura que **“Todo pecador se dá a conhecer pela duplicidade de sua língua”** (Eccli. V, 11). **“Maldito o homem de coração duplo, cujos lábios são criminosos, e cujas mãos fazem o mal, e do pecador que anda sobre a terra por dois caminhos”** (Eccli. II, 14).

Você – meu caro “Católico Indignado” – mostra bem que o modelo de Igreja igualitária proposto pelo herege Padre Libânio visa destruir a Igreja Católica Apostólica Romana, substituindo-a por outra, nascida do Concílio Vaticano II. Porque, como dizia Napoleão, só está destruído o que é substituído. Assim a Nova Missa substituiu a Missa de sempre para destruí-la. E a doutrina nova do Vaticano II recusou usar a terminologia escolástica substituindo-a pelo esdrúxulo linguajar da filosofia moderna, para destruir a doutrina católica. A Nova Igreja – com nova doutrina, nova terminologia, nova Teologia, visa destruir a Igreja de sempre. É essa nova terminologia dessa nova Teologia que introduziram na Igreja a fumaça de Satanás, da qual foi constituída a Nova Igreja Conciliar do Vaticano II.

A Igreja Católica foi fundada por Cristo sobre a pedra da infalibilidade papal.

Essa Nova Igreja igualitária do Vaticano II, tal como é exposta e defendida por Padre Libânio, é fundada sobre a fumaça de Satanás. Ela perecerá.

E quanta razão tem você – meu caro “Católico Indignado” – em dizer que Apostolicidade é sinônimo de Hierarquia!

A Igreja igualitária de Padre Libânio, a Igreja que é dita “Povo de Deus” – negando a autoridade suprema do Papa, não é Romana; e negando o caráter hierárquico da Igreja não é

Apostólica. E não sendo nem Apostólica e nem Romana, essa igreja não é a Igreja Católica.

A Igreja de Padre Libânio, a Nova Igreja do Vaticano II, é uma seita herética modernista, igualitária, que não é Una, nem Santa, nem Católica, nem Apostólica.

É um Soviet. A Igreja Soviética dos “Teólogos” da Escravidão, nascida do Concílio Vaticano II, devia ser chamada Igreja Igualitária, Soviética, Satânica.

Repito que lhe agradeço esse texto que me enviou, no qual a heresia eclesiológica do Vaticano II tira a máscara.

E aprovo, participo, aplaudo e compreendo a sua indignação.

Como compreendo que sua situação pessoal o obrigue a não se identificar publicamente, pois isso poderia levá-lo ser simplesmente eliminado do combate anti-modernista.

Em união na indignação e na oração.

In Corde Jesu, semper,

Orlando Fedeli

Análise do Documento: “MODELOS ECLESIOLOGICOS” de J. B. Libanio

Nosso Senhor Jesus Cristo nos recomendou que tivéssemos linguagem franca, sem fraudes, ao nos dizer:

“Que vosso falar seja sim, sim; não, não. Porque tudo o que passar disso provém do mal” (S. Mateus, V, 37).

E o Espírito Santo condenou a linguagem dupla, enganadora:

“Todo pecador se dá a conhecer pela duplicidade de sua língua” (Eccli. V, 11). ***“Maldito o homem de coração duplo, cujos lábios são criminosos, e cujas mãos fazem o mal, e do pecador que anda sobre a terra por dois caminhos”*** (Eccli. II, 14).

Ora, o Concílio Vaticano II adotou uma linguagem ambígua, – uma língua dupla – e, por vezes, até polissêmica. Daí as várias interpretações e leituras que ele causou, a ponto de Bento XVI garantir que dele ainda não foi dada a interpretação legítima oficial.

É conhecida a confissão feita por um perito conciliar de que

eles adotariam uma linguagem “diplomática” da qual, depois, tirariam as conseqüências que lhes conviesse.

E foi o que aconteceu.

A linguagem dupla – ambígua e capciosa – dos textos do Vaticano II causou todo o mal dos anos pós conciliares, dividindo os católicos em inúmeros grupos, cada um dando uma interpretação diversa da doutrina conciliar.

Graças a Deus, crescem os que rejeitam essa ambigüidade proposital do Vaticano II e clamam pelo retorno da doutrina clara anterior a João XXIII. Porque, como confessou Padre J.B. Libânio do linguajar do Vaticano II:

“A linguagem é a grande via dos equívocos”.

Isso é verdade, quando se usa uma linguagem dupla, condenada por Deus, pela honestidade e pelo bom senso. E Padre Libânio se alegra com essa duplicidade de linguagem que permitiu enganar os Bispos ingênuos.

Onde, em que seminário, teria se formado esse herege modernista que se alegra em constatar a língua dupla do Vaticano II?

Que Bispo criou esse “Teólogo” da Escravidão?

Veja-se um exemplo dessa linguagem equívoca, dupla, do Vaticano II, citado pelo próprio Padre Libânio:

“O próprio Paulo VI assina os documentos do Concílio com o título de “episcopus ecclesiae catholicae”. Esse título permite um duplo sentido. Num primeiro sentido, vale de todo bispo. Assim um bispo de uma diocese é bispo da igreja católica, situada na cidade ou região de que é bispo. Ou pode significar que o Papa é o único bispo da Igreja católica, isto é universal”.

É realmente espantoso!

Essa maneira nova de se intitular, usada por Paulo VI, tinha, então, escondida e insinuada em seu bojo, uma doutrina espúria: sem negar que o Papa é o Supremo Pontífice da Igreja, se insinuava, por meio de uma ambigüidade, que o Papa era um Bispo igual a qualquer outro Bispo, sendo apenas o Bispo de Roma. E essa ambigüidade gerava a possibilidade de democratizar a Igreja, acabando como seu caráter hierárquico.

Razão teve, então, o perito modernista Yves Congar ao dizer que o Vaticano II teve papel idêntico que os Estados Gerais da

Revolução Francesa, em 1789, que liquidou o poder do Rei da França, preparando seu futuro guilhotinamento. O Concílio Vaticano II, por sua ambígua doutrina da Colegialidade, prepara o destronamento do Papa.

O Vaticano II lançou as bases ambíguas e movediças de uma Nova Igreja igualitária e democrática. “Comunitária”, como gosta de proclamar desinibidamente o novo clero, ansioso por ter sogra. O Concílio lançou as bases frouxas de uma igreja nova diametralmente oposta ao que é a Igreja católica Apostólica Romana. Daí, Padre JB Libânio falar em eclesiológica “*revolução copernicana*” realizada pelo Vaticano II. Copernicânica, sim, porque trocou o centro da Igreja. Antes o centro era o Papa. Agora, na Nova Igreja Soviética, o centro é o Povo.

Padre Libânio repele a Igreja de sempre, a Igreja hierárquica, e propõe uma Nova Igreja igualitária, soviética, inspirada na ambigüidade do Vaticano II. Escreveu ele:

“Pio X exprimiu de maneira clara essa consciência, ao afirmar que a vida dos fiéis na Igreja dependia e se originava da hierarquia. Esta estabelecia as verdadeiras balizas dentro das quais os leigos se situavam e se entendiam. “Só na hierarquia reside o direito e a autoridade de orientar e dirigir [...]. O dever da multidão é deixar-se governar e seguir com obediência a direção dos que a regem” [2- Pio X, Encíclica Vehementer nos, 11 de fevereiro de 1906].

“Foi necessário esperar o Concílio Vaticano II para que esse modelo fosse superado no sentido hegeliano de ir para a frente, retendo os elementos válidos e fundamentais e negando sua negatividade para alcançar um modelo mais rico e integrado: o modelo Povo de Deus”.

Habemus confitentem reum! Temos a confissão do próprio réu!

Padre Libânio confessa que o Vaticano II permitiu criar hegelianamente – dialeticamente – um novo modelo de Igreja.

O Vaticano II criou uma Nova Igreja: a Igreja do POVO DE DEUS, que é hegelianamente oposta à Igreja Católica Apostólica Romana, fundada por Cristo, sobre Pedro.

Duas Igrejas metafísica e teologicamente opostas como tese e antítese.

Quem é católico não pode aceitar essa Nova Igreja igualitária, comunitária – **soviética** – anti-Papal, anti-Romana proposta por Padre J.B. Libânio, com base no Vaticano II.

Como nasceu a nova noção soviética de igreja, no Vaticano II?

Libânio explica o seu nascimento no seguinte parágrafo:

“É sabido que o esquema sobre a Igreja, preparado pela Comissão Teológica pré-conciliar e proposto ao plenário do Concílio, foi acicamente criticado pelos Padres Conciliares, terminando por sua rejeição como um todo. E elaborou-se então um novo esquema. E em dado momento houve uma votação decisiva que foi a inversão da ordem de dois capítulos. O capítulo da hierarquia precedia ao dos leigos. Criou-se então um capítulo prévio aos dois dedicado ao Povo de Deus em que hierarquia e leigos foram contemplados na sua unidade anterior. Não se tratava de algo puramente redacional, mas teológico-simbólico. Primeiro o Povo de Deus que se constitui pelo batismo, primeiro o sacerdócio comum dos fiéis, também ele fundado no batismo. A seu serviço está a hierarquia. Está jogada a grande cartada eclesiológica. Estabelece-se a base laical da Igreja”.

A nova terminologia teológica de “Igreja, Povo de Deus” foi lançada – foi “jogada” – para introduzir sub-repticiamente a falsa noção de que, sendo todos batizados fundamentalmente, são completamente iguais na Igreja. O que passa por cima cinicamente da desigualdade estabelecida por Cristo, pelo Sacramento da Ordem, entre Apóstolos, Sacerdotes e simples batizados, leigos.

O Bispo é batizado. Mas é também sagrado Bispo. O Papa é também batizado. Mas é o sucessor de Pedro, Sumo Pontífice, soberano da Igreja, mestre infalível de todos os católicos Cardeais, Patriarcas, Bispos, Sacerdotes, Religiosos, e leigos.

Essa acentuação deformante da igualdade fundamental de todos os batizados, omite fraudulentamente a verdade que há outras diferenças sacramentais que diferenciam os batizados.

Essa noção de igreja como Povo de Deus é popularesca, democratizante, igualitária e soviétizante (comunitária). Os modernistas falam em Igreja comunitária, mas ensinam, na verdade, uma igreja soviética e soviétizante, onde todos seriam completamente iguais, e na qual a autoridade fosse apenas serviço ao POVO.

Para padre Libânio a Igreja nascida do Concílio é antes de tudo colegial. Nem o Papa manda na Igreja sem os bispos, nem o Bispo na diocese sem os padres, nem o pároco na paróquia sem os leigos. A Nova Igreja é participativa, devendo ser em tudo

colegiada, tomando-se as decisões igualitariamente, subindo o poder da base para ao alto.

Eis o que diz Padre Libânio:

“O Concílio a tratou no último nível da hierarquia da Igreja: a colegialidade dos bispos com o papa, cabeça do colégio. Nesse nível existem várias instituições que permitem sua concretização prática: as conferências regionais e nacionais anteriormente existentes em muitos lugares e a instituição do Sínodo dos Bispos, criada depois do concílio.

Para que o modelo Povo de Deus se realize, é necessário que tal colegialidade afete os três centros da Igreja – Roma, diocese e paróquia – entre si, encontrando formas de participação. E dentro de cada centro as relações também devem fazer-se em base à igualdade batismal e à colegialidade de responsabilidade. Em vez da cabeça de qualquer menor centro eclesial decidir por ela, sentem-se corresponsáveis por tais decisões os outros membros da comunidade. Todos são Povo de Deus”.

Padre Libânio demonstra que enquanto a Igreja Católica – a Igreja de sempre – era Papal, monárquica, a Nova Igreja conciliar é Colegial. Enquanto a Igreja Católica Apostólica Romana é hierárquica, a Nova Igreja Conciliar é democrática, niveladora e igualitária. É laical. Enquanto a Igreja Católica Apostólica Romana veio do alto, dos Céus, fundada por Cristo, a Nova Igreja Conciliar vem das bases, do Povo, e por isso ela foi chamada de Igreja Povo de Deus.

A Igreja Católica Apostólica Romana é divina.

A Nova Igreja Conciliar é humana. É popular.

A Igreja Católica Apostólica Romana é fundamentada na autoridade Papal.

A Nova Igreja Conciliar é de serviço.

A Igreja Católica Apostólica Romana é teocêntrica.

A Nova Igreja Conciliar é antropocêntrica.

A Igreja Católica Apostólica Romana busca a glória de Deus, a santificação e a salvação das almas.

A Nova Igreja Conciliar busca servir o Homem, servir a

Humanidade. Trata de comida, reforma agrária, de favela, metrô, de eleições, de carnaval, Cristoteca e de rede de esgoto.

A Igreja Católica Apostólica Romana é imutável, dogmática e pregadora da Verdade imutável, por isso, ela é missionária.

A Nova Igreja Conciliar é ecumênica e anti-dogmática, precisando sempre de ser *“aggiornata”*, em contínua evolução.

A Igreja Católica Apostólica Romana excomunga as heresias e os hereges.

A Nova Igreja Conciliar aplaude toda heresia e dialoga com todos os hereges, perseguindo os que são fiéis à doutrina de sempre.

A Igreja Católica Apostólica Romana é imutável em sua doutrina e em sua lei moral.

A Nova Igreja Conciliar é evolucionista na doutrina e relativista na moral.

A Igreja Católica Apostólica Romana exige que se pratiquem os mandamentos e que se viva na virtude e na caridade.

A Nova Igreja Conciliar é laxista na moral, tudo permitindo, e quer ser apenas filantrópica, proclamando-se a Igreja do Amor, entendido como fazer apenas o bem material.

A Igreja Católica Apostólica Romana tem uma liturgia divina imutável em sua essência, que renova o Sacrifício do Calvário.

A Nova Igreja Conciliar fabricou uma liturgia sacrílega que se tornou um show, por vezes clownesco, no qual ela comemora a salvação universal.

A Igreja Católica Apostólica Romana tem seu coração no Santíssimo Sacramento, onde Jesus Cristo, Deus e Homem, está realmente presente com seu Corpo, Sangue, Alma e Divindade.

A Nova Igreja Conciliar declara pela boca de certos teólogos que *“é preciso tirar o Faraó que está no sacrário”* (Padre Maurice Zundel), ou *“esquecer o Deus de Belém”* (Padre José Bedin), ou se declara *“atéia daquele Velho barbudo que mora lá em cima”* (Ex Frei Boff).

A Igreja Católica Apostólica Romana eleva a Deus o canto gregoriano.

A Nova Igreja Conciliar uiva, urra, desafina e rebola, em ritmos selvagens.

A Igreja Católica Apostólica Romana tem por sinal a Cruz de Cristo, reza, jejua, é ascética e penitente.

A Nova Igreja Conciliar é contra o celibato, promove “cristotecas” vai à praia e toma cerveja em bares e boates.

E em sua herética conclusão, Padre J.B. Libânio repele a Igreja Católica Apostólica Romana, aquela que como Cristo é sempre a mesma, ontem, hoje e sempre, para pedir que se instale a Nova Igreja Conciliar: *“Depois do Concílio Vaticano II já não tem sentido manter o modelo hierárquico, mas sim construir o modelo Povo de Deus”* e que se deveria *“construir o modelo Povo de Deus, cuja base última é laical-batistal e colegial-ministerial”*.

É entre essas duas Igrejas que os católicos, hoje, devem fazer a sua escolha: ou continuar fiéis à Igreja Católica Apostólica Romana fundada por Cristo sobre Pedro, aceitando o Papa, os dogmas e a lei imutável de Deus, ou a Nova Igreja Conciliar fabricada no Concílio Vaticano II, aquela que tem língua dupla.

São Paulo, 25 de Janeiro de 2007.

Orlando Fedeli

PS. Havia acabado de escrever esta resposta, quando me chegou às mãos um livrinho “precioso”: **A Volta À Grande Disciplina**, de autoria do Mesmo Padre J.B. Libânio S.J. Regalei-me com sua franqueza. Nada como ter língua solta. Logo mais lhe envio uma análise desse livrinho que explica muito claramente – e com muita inteligência – o que está acontecendo hoje. OF